

# História da escola na aldeia Kumarumã (1964-1985): registro para uso no ensino, na biblioteca e na pesquisa

History of the school in the village Kumarumã (1964-1985): registration for use in the teaching, library and research

Macksoara Nunes Narciso<sup>1</sup>

 <http://orcid.org/0000-0001-7066-6367>

Silas Macial dos Santos<sup>2</sup>

 <http://orcid.org/0000-0001-9885-4327>

Cecília Maria Chaves Brito Bastos<sup>3</sup>

 <http://orcid.org/0000-0003-1370-6080>

**RESUMO:** Neste artigo são descritos os resultados de pesquisa desenvolvida sobre a história da escola na aldeia Kumarumã, região do Uaçá, município de Oiapoque no Estado do Amapá, envolvendo alguns fatos ocorridos nos anos do regime civil-militar (1964-1985). O objetivo foi conhecer a história da escola e da escolarização no decorrer deste regime, momento em que estiveram na aldeia pessoas ligadas à Fundação Nacional do Índio, ao Território Federal do Amapá e ao Conselho Indigenista Missionário. Obtivemos os dados com base em pesquisa bibliográfica sobre o tema, além de análise de documentos do período do estudo, anotações de campo, entrevistas e conversas informais com pessoas da comunidade indígena e outras que conviveram na escola e recordam fatos do período do regime militar. O resultado registra um pouco da história da escola indígena, com a finalidade de uso no ensino, na biblioteca e na pesquisa, bem como para aprender sobre a inserção da escola na região do Uaçá e sua relação com a história do povo Galibi-Marworno.

**Palavras-chave:** Educação Escolar, Regime Militar, Povo Galibi-Marworno, Escola Indígena.

**ABSTRACT:** This paper describes the results of research developed on the history of the school in the Kumarumã village, the region of Uaçá, municipality of Oiapoque of the State of Amapá, involving some facts that occurred in the years of the civil-military regime (1964-1985). The aim was to learn about the history of the indigenous school and schooling during this regime when people liked the National Indian Foundation, the Federal Territory of Amapá, and the Indigenous Missionary Council. We obtained the data based on bibliographic research on the topic, in addition to analysis of documents, field notes, interviews, and informal conversations with people from the indigenous community, and the others who lived with the school and remember facts from the period of the military regime. The result records a little of the history of the indigenous school for the purpose of use in the teaching, library and research, as well as to learn about the insertion of the school in the Uaçá region

<sup>1</sup> Graduado em Licenciatura Intercultural Indígena pela Universidade Federal do Amapá e professor de história do Governo do Estado do Amapá, Secretaria de Estado da Educação, Escola Indígena Estadual Camilo Narciso. E-mail: macksoarnunes900@hotmail.com.

<sup>2</sup> Especialista em História e Cultura Afro-brasileira pela Faculdade Atual e professor de geografia do Governo do Estado do Amapá, Secretaria de Estado da Educação, Escola Indígena Estadual Camilo Narciso. E-mail: silas-macial@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense, professora adjunta do Curso de Graduação em História e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História em Rede Nacional da Universidade Federal do Amapá, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. E-mail: cc.bastos@uol.com.br.



and its relationship with the history of the Galibi-Marworno people.

**Keywords:** School Education, Military Regime, Galibi-Marworno People, Indigenous School.

## 1. INTRODUÇÃO

O artigo aborda a história da escola na aldeia Kumarumã no tempo do regime militar. O objetivo da pesquisa foi conhecer alguns elementos da história da escola a partir de 1964 até 1985, período de atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Território Federal do Amapá (TFA) e do Conselho Indigenista Missionário Indígena (CIMI), para registrar algumas experiências de educação escolar entre os estudantes Galibi-Marworno.

Considerando-se o foco da pesquisa, procuramos informações sobre a escola na época do regime militar em Kumarumã, localizada hoje na Terra Indígena Uaçá. Desta forma, buscamos responder alguns questionamentos: Como era a escola antes da FUNAI, da participação do TFA e do CIMI? E após a entrada desses órgãos, como a escola passou a funcionar? Quem eram os professores? Quais disciplinas eram ministradas e como era desenvolvida a metodologia? Como se dava a relação entre professores-alunos-comunidade? Enfim, como a escola passou a fazer parte da história dos Galibi-Marworno na aldeia Kumarumã, sobretudo, a partir do regime militar?

Para responder essas perguntas trabalhamos com os seguintes procedimentos metodológicos: primeiro, pesquisamos documentos em instituições como o Museu Kuahí/Oiapoque, a FUNAI-Oiapoque, a Prefeitura Municipal de Oiapoque, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Escola Indígena Estadual Camilo Narciso (EIECN), localizada em Kumarumã. Nessas instituições buscamos documentos oficiais da época e que, de alguma forma, contassem a história de como a escola antiga e a escolarização começaram a fazer parte da comunidade de Kumarumã.

Tivemos dificuldades de localizar os documentos nessas instituições, pois elas possuem documentos somente a partir da década de 1990 (caso da EIECN), ou não possuem arquivo (como a Prefeitura de Oiapoque) ou têm apenas documentos em arquivos mortos, que precisam, ainda, ser organizados (como na FUNAI e no CIMI).

Apesar da dificuldade em encontrar documentos, localizamos, por exemplo, o livro *Povos Indígenas do Brasil. Amapá/Norte do Pará* (RICARDO, 1983) e a legislação que diz respeito aos indígenas e à educação escolar, tais como: o Decreto nº 58.824 de 14 de Julho de 1966, que promulgou a Convenção nº 107 sobre as populações indígenas e tribais; a Lei que criou a FUNAI em 1967; o Estatuto do Índio de 1973; uma Ata de Assembleia Indígena de 1976 (localizada no Museu Kuahí) e o Projeto Político Pedagógico da EIECN, de 2008, que contém dados sobre o período do estudo (MAGALHÃES, 2005; EIECN, 2008; ATA, 1976).

### 1.1. Breve histórico dos Galibi-Marworno na terra indígena Uaçá

Investigar como a escola se estabeleceu entre os Galibi-Marworno nos levou a refletir que este povo já vinha estabelecendo relações com outros grupos indígenas e com os Estados nacionais do Brasil e da França. Acreditamos que essas relações no século XX, fizeram com que os Galibi-Marworno passassem a aceitar a ideia da escolarização entre os indígenas da região do Oiapoque.

As primeiras notícias que temos sobre os Galibi Marworno é que “Descendem de



vários grupos, dentre os quais os Karib, provenientes das Guianas, em épocas remotas, além das etnias Marworno e Aruã, hoje extintas enquanto povos diferenciados” (GOULART, 2009, p. 11). Os Aruã são oriundos da ilha do Marajó e migraram para a região, por volta do século XVIII, devido à fuga das perseguições dos portugueses (EIECN, 2008).

Estes e outros povos passaram pela experiência das missões jesuíticas no século XVIII e pela exploração de comerciantes no século XIX (RICARDO, 1983). A memória das perseguições de caça aos escravos, durante a colonização portuguesa, ficou na memória dos grupos indígenas, e é hoje contado em termos míticos.

Na década de 2010, os mais idosos da comunidade de Kumarumã, a exemplo de Dona Mosiana de 95 anos em 2013, representava a indígena mais antiga dessa aldeia e tornou-se nossa referência nas fontes orais. Ela falou sobre o que ouvimos constantemente na aldeia sobre a origem dos indígenas Gabili-Marworno. Dona Mosiana afirmou que somos um povo constituído por várias etnias e que os Galibi mantêm uma relação histórica com os Palikur.

Assim, segundo os mais velhos, quando os Galibi chegaram à região, os Palikur já estavam habitando às margens do rio Uaçá, há muito tempo. Galibi e Palikur se enfrentaram em guerras, como a ocorrida na montanha do Tipoca por domínios de terra. Na primeira guerra, os Galibi saíram vitoriosos, logo em seguida aconteceu mais uma guerra. Nesta segunda guerra, os Palikur venceram, prenderam os Galibi e os mandaram de volta para as proximidades da região de Macoia e da Guiana Francesa. Os Galibi que escaparam vieram para o alto rio Uaçá. Após isso, outros Galibi fugindo das missões jesuítas se juntaram com outros povos, que já moravam na bacia do Uaçá: maraons, aruá e arakares. Esse ajuntamento formou um novo grupo, denominado Galibi-Marworno, fruto dessa mistura.

Tem muitas versões sobre essa história e, talvez, nunca saberemos mais detalhes em relação aos vencedores e perdedores dessas guerras, bem como a dominância de um povo sobre o outro. Contudo, conforme faz parte da memória dos mais velhos, foi assim que os Galibi acabaram se instalando nas terras do alto rio Uaçá, onde vivem até hoje. Nessa região as famílias construíram suas aldeias em várias ilhas por toda parte e passaram a ser conhecidos como “gente do Uaçá” (RICARDO, 1983).

Há muitos relatos de pesquisadores, como Antonella Tassinari (2003), que também afirma em suas pesquisas que a origem dos Galibi-Marworno provém da união de vários povos indígenas, constituídos desde o século XVIII, com a presença das missões jesuítas da Guiana Francesa e com os refugiados da Cabanagem<sup>4</sup>. Os relatos sobre a fuga do povo Galibi-Marworno durante a Cabanagem, também, estão na memória da comunidade indígena.

A senhora Rosa Macial concedeu um registro oral (*apud* SILVA, 2011, p. 2), no qual ela afirmou:

[...] muitas pessoas, principalmente homens, vinham fugidos de suas cidades por causa da guerra da Cabanagem. Estas pessoas vinham de Vigia, do Marajó. Chegando aqui elas se casavam com as índias Galibi-Marworno e passavam a viver o mais longe que podiam.

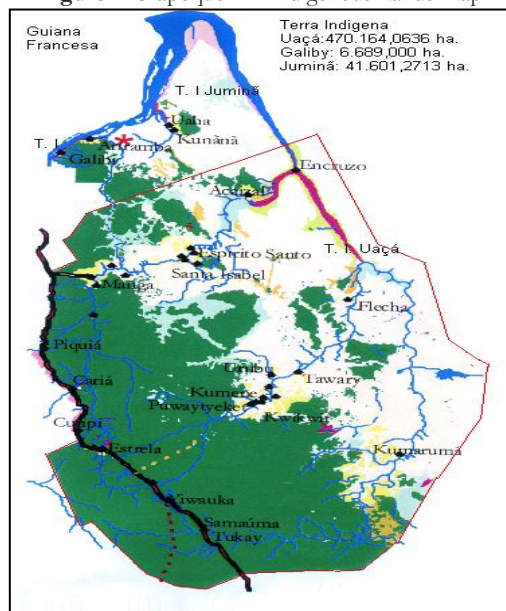
Considerando o contexto apontado por Rosa Macial, os povos indígenas do baixo

<sup>4</sup> Movimento surgido no Grão-Pará no século XIX. Segundo Lima (2004), a Cabanagem foi um grande movimento popular, um movimento social homogêneo, genérico e unificado, ou seja, um movimento construído por tensões e conflitos que em seu bojo também construiu solidariedades étnicas e sociais, com negros, cativos e livres e, provavelmente indígenas.



Amazonas, fugidos de perseguições juntaram-se às populações negras refugiadas e aos indígenas do lado francês. E provavelmente, como Vidal (2009, p. 14) destaca “Nesses processos, muitas etnias desapareceram, outras fundiram-se ou foram incorporadas em grupos maiores, outras ainda se formaram, constituindo os atuais povos que habitam o norte do Amapá”. De acordo com Tassinari (2003, p. 48) foram esses “Processos que geraram os atuais povos indígenas do Uaçá”, hoje com aldeias de Palikur, de Karipuna e de Galibi-Marworno, cujas terras indígenas Uaçá, Galibi e Juminã do Estado do Amapá são indicadas na Figura 1.

**Figura 1:** Mapa das Terras Indígenas do Oiapoque-AP  
**Figure 1:** Oiapoque-AP Indigenous Lands Map



Fonte: GOULART, 2009.

O resultado dessa mistura de vários grupos fez com que os Galibi-Marworno adotassem a língua Caribe. Mas, de acordo com Ricardo (1983, p. 41):

A língua Caribe falada pelos Galibi históricos quando chegaram ao Uaçá, rapidamente entrou em desuso; na fusão de povos que ocorreu nessa área, não se sabe se a língua Galibi predominou, porque os outros grupos da área falavam outras línguas, provavelmente o Aruaque.

Nos séculos posteriores, os Galibi-Marworno adotaram o patuá (*patois/ kleole*) como língua para o grupo e começaram a ser conhecidos como “gente do Uaçá”. Foi com essas características que o governo brasileiro encontrou o povo Galibi-Marworno, na primeira metade do século XX (por volta dos anos de 1930), quando começou a dar atenção para a área indígena no norte do país, através de agências de contato.

A primeira agência criada em 1910 foi o Serviço de Proteção ao Índio (SPI)<sup>5</sup>, que atuou de forma efetiva na região do Oiapoque a partir de 1940.

Ruffaldi e Spires (2002, p. 29-30) explicam que:

<sup>5</sup> Ver: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011.

Com a chegada do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), em 1942, iniciou-se uma atividade de assistência e tutela em relação aos índios da região. No caso dos Galibi-Marworno a ação ocorreu no sentido de concentrar todas estas famílias, até então dispersas, num único aldeamento, denominado Kumarumã. Desde então os laços de sociabilidade tem se fortalecido e atualmente possuem sofisticadas instituições políticas e econômicas.

Em decorrência da história de contato, os Galibi-Marworno passaram a habitar basicamente a ilha de Kumarumã, na época do SPI, diferentemente de tempos passados, onde habitavam muitas outras aldeias em diferentes ilhas grandes e pequenas, espalhadas nos campos alagados da região do alto rio Uaçá e Tapamuru<sup>6</sup>.

Com a ação mais efetiva do SPI, em 1942, foi instalada na região do Uaçá uma “Ajudância” para dar assistência de educação e saúde aos indígenas. Eurico Fernandes, chefe do posto no Kumarumã, de 1942 a 1950 implantou assistência escolar e sanitária e intensificou a pesca e a caça. Consta no livro de Ricardo (1983), que vários indígenas foram mandados para cursos técnicos de agricultura e pesca intensivas, mas, de volta às aldeias não foram aproveitados, pois, os projetos estavam praticamente desativados quando retornaram.

Entre 1951 e 1967, na gestão de Djalma Sfair na “Ajudância”, as atividades do SPI começaram a ficar restritas, devido à falta de verbas e à perda de eficácia do entreposto comercial que centralizava a produção dos indígenas da região. Esse entreposto foi extinto em 1958. Os indígenas, então, passaram a comercializar com as cidades de Oiapoque, Saint Georges e com os regatões<sup>7</sup>, passando a migrar temporariamente para a Guiana Francesa em busca de serviços remunerados.

Foi a partir daí que o governo brasileiro em 1967 criou a FUNAI (MAGALHÃES, 2005), para substituir o SPI, devido às graves denúncias. Contudo, a transição de um órgão para outro não modificou ações voltadas aos indígenas. Durante o período ditatorial, cada vez mais, a política indigenista foi voltada para a integração do indígena à sociedade nacional, mesmo que isso viesse a desestruturar sua vida.

De acordo com Martins (1993), os militares em nome da integração dos indígenas à sociedade brasileira, provocaram um profundo impacto nos Territórios Indígenas, com a abertura de rodovias, construção de hidrelétricas, abertura de garimpos e outras ações que facilitavam a entrada de pessoas nesses territórios. Agiram de forma “como se as populações indígenas não existissem” (MARTINS, 1993, p. 63).

O documento chamado *Estatuto do Índio* de 1973 (MAGALHÃES, 2005), promulgado pelo presidente do Brasil, Emílio Médici, corroborava com as ações da FUNAI e atendia aos interesses do governo militar. Conforme as normas deste estatuto, os povos indígenas não tinham controle das riquezas que se encontravam em suas terras. E ainda, os indígenas teriam o uso, mas não a propriedade, dificultando muito a demarcação das terras indígenas no Oiapoque.

Em decorrência das preocupações das lideranças indígenas, nos anos de 1970, dos conflitos em torno da demarcação da terra, da abertura da rodovia 156 (Macapá-Oiapoque) e

<sup>6</sup> Em 2013, os Galibi-Marworno formam uma grande população espalhada em duas Terras Indígenas, no município de Oiapoque: Uaçá e Juminã. No Uaçá, além da aldeia Kumarumã e Aruatú, existem na margem da BR 156 as aldeias Samauma, Tukay e Anawera. Também, os indígenas Galibi-Marworno habitam a terra indígena Juminã, na aldeia Uaha.

<sup>7</sup> Os regatões eram barcos de comércio, começaram a intensificar suas vendas e a entrar nas áreas indígenas.



do descaso dos representantes da FUNAI quanto à preservação do Território indígena, surge a Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973 (BRASIL, 1973).

Na Ata da Assembleia Indígena (1976), consta a fala de Manoel Floriano Macial, indígena Galibi-Marworno, sobre essa questão:

Falo como líder do meu povo. Eu pensava fosse já demarcada. Agora sei que neste Brasil a fora que está a sua terra para trabalhar e servir para o fazendeiro. Na FUNAI tem gente que trabalha e gosta do índio e outros ficam ai só por causa do emprego, mas não protege o índio e nem sabem das nossas necessidades. [...] Tem gente que está doida para empurrar a gente daqui e explorar essa área. Nós temos que pedir para o Presidente a demarcação da nossa área. Se a gente não pedir e lutar para isso, eles não vão se preocupar. O chefe é chefe para defender os interesses de todos. Eu não quero me vender para vender meu pai, meus irmãos e ver meus filhos, viver amanhã na miséria.

Diante dessa preocupação, ainda neste documento (AAI, 1976), as lideranças indígenas fizeram alguns encaminhamentos: redigiram um apelo ao presidente da FUNAI, através da 2ª Delegacia Regional de Belém, pedindo urgente demarcação da área indígena do Uaçá; e manifestaram-se contrários ao § 2º do Art. 16 do capítulo IV do Estatuto do Índio, pois para os indígenas a fiscalização e a repreensão dos “intrusos”, que entram na área para caçar e pescar é tarefa de cada indígena e não de outra pessoa.

A FUNAI, segundo o Estatuto do Índio, seguiu algumas políticas do SPI, principalmente porque continuou a criar medidas de controle dos indígenas na região do Uaçá, como a continuação de Postos Indígenas (PI), que dariam apoio às ações de saúde e de educação escolar. Na vila dos Galibi do Uaçá foi criado o PI Kumarumã, em 1972, cuja sua infraestrutura “consistia em uma casa-sede com depósito, enfermaria e casa para os professores” (RICARDO, 1983, p. 55). Assim, em pleno regime militar a FUNAI teve a missão de assegurar a presença dos indígenas do lado brasileiro, montando uma estrutura, com enfermaria e escola para manter os indígenas em terras brasileiras.

A chegada de Frederico Oliveira para o Posto mudou a rotina da comunidade de Kumarumã, apesar do PI funcionar em condições precárias. De acordo com Ricardo (1983), Frederico, mesmo sem recursos, nem pessoal adequado para dar assistência aos indígenas foi uma pessoa importante ao tomar atitudes para assegurar saúde e educação para os indígenas ao lado do Padre Nello Ruffaldi.

Com relação ao período por volta de 1970 até 1972, o cacique de Kumarumã, Paulo Roberto Silva (2013) falou o seguinte:

Virou FUNAI, SPI para FUNAI, ai estão mudando, já nos anos 70, 71, 72, chegou já o Frederico da FUNAI com novas ideias, jovem, recém-concursado, mudou muita coisa lá dentro. Também entrou nesse mesmo período o padre Nello do CIMI, padre Nello veio com outras ideias também de poder nos auxiliar nessa educação, saúde, [...]

Com base na memória de Paulo Roberto Silva (2013) pode-se compreender que Frederico Oliveira e Padre Nello movimentaram-se no sentido de conseguir assistência escolar e sanitária. Negociaram com a prefeitura de Oiapoque e, conseqüentemente com o TFA e com o Comando Militar de Oiapoque (CMO). A ajuda do CMO baseava-se no fornecimento ocasional de combustível, e remédios, e providências para internação de doentes no Hospital



Militar de Clevelândia.

Contudo, sabemos que essa ajuda aos indígenas não era à-toa. Os militares tinham uma fazenda de búfalos (Fazenda Suraimon), desde 1962, às margens do rio Uaçá, como parte das atividades da colônia implantada pelos militares para ocupar a região do lado do Brasil. Caso houvesse invasão estrangeira (principalmente dos franceses), os militares estariam na área para defendê-la como parte do território brasileiro.

A Prefeitura de Oiapoque, através do TFA, também prestava assistência aos indígenas, sobretudo, quanto à educação, com a construção de escolas e pagamento de professores. Essas condições fizeram com que no final da década de 1970, a FUNAI passasse para o Território Federal do Amapá, a responsabilidade de muitas ações, principalmente da educação escolar.

Além da FUNAI, do CMO e da Prefeitura de Oiapoque do governo Territorial, tinha o CIMI que passou a atuar na região do Uaçá, nos anos de 1970, através de seu coordenador, o Padre Nello e da Irmã Rebeca Spires. As diretrizes do CIMI traziam novas orientações pastorais, alterando a tradicional prática da igreja católica entre os indígenas (TASSINARI, 2003).

Os religiosos promoveram na vila de Kumarumã reuniões e cursos para formação de catequistas e discussão dos problemas específicos da comunidade, como a escola diferenciada. Essas reuniões levaram à criação das Assembleias Indígenas, o que Ricardo (1983, p. 44) comenta:

Em 1976, foi promovido pelo CIMI, em Kumarumã, a primeira Assembleia Indígena, reunindo os Galibi, os Palikur e os Karipuna, para resolver problemas de invasão na área, na qual começou a ser discutida e defendida a questão de uma reserva única para esses povos.

Como resultado da assembleia indígena de 1976, do incentivo do Padre Nello e do empenho do chefe do posto, Frederico Oliveira, foi criada a Cooperativa de Kumarumã, que entrou em crise no final do regime militar. Também, na Assembleia de 1976 foi solicitada a reestruturação da escola de Kumarumã, como prioridade para os Galibi-Marworno (ATA, 1976).

A partir da presença das agências de contato, do CIMI, da atuação do governo territorial do Amapá na região do Uaçá, e a própria organização dos indígenas, muitas mudanças ocorreram em relação à terra, à saúde e, sobretudo em relação à escola indígena, assunto que é o foco deste estudo.

## 2. MÉTODO E MATERIAL

O presente trabalho, originalmente, foi produzido como monografia do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP (NARCISO; SANTOS, 2013), na área de habilitação em Ciência Humanas. A monografia vinculou-se ao plano de trabalho e pesquisa de Bastos (2014), intitulada “Educação Escolar indígena na região do Uaçá, no município de Oiapoque-AP (1964-1985)”.

Esta monografia foi realizada durante o período em que a orientadora cursava o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação na Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2010-2014), o que justifica a sua atuação na equipe da pesquisa.

Coletamos os dados com base em pesquisa bibliográfica sobre o tema. Também



realizamos análise de documentos, anotações de campo e entrevistas. Além de conversas informais com pessoas da comunidade indígena e outras que conviveram na escola e recordam fatos do período do regime militar.

Procuramos informações também, com sete pessoas, que relataram suas experiências na escola da Aldeia Kumarumã: Dona Maria Mosiana dos Santos de 95 anos (moradora de Kumarumã); Paulo Roberto Silva, ex-estudante e uma professora da escola de Kumarumã no período pesquisado: Nodervaldo dos Santos; Marivaldo Diogo Macial, Crisiane dos Santos Nunes e Padre Nello Ruffaldi e a Irmã Rebeca Spires do CIMI, cujos os dados coletados com eles, são citados no artigo.

As conversas informais e as entrevistas foram realizadas com base na História Oral Temática (MEIHY; HOLANDA, 2010; BRAND, 2000; BOSI, 2003). A primeira etapa da coleta de dados ocorreu em janeiro de 2012, a partir de uma oficina desenvolvida pela professora Cecília Bastos, na disciplina “Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará” do Curso de Educação Escolar Indígena da UNIFAP<sup>8</sup>, enquanto as entrevistas, realizamos em maio e julho de 2013.

Nessa metodologia, segundo Brand (2000), a prática da história oral é importante quando o grupo pesquisado é tradicional e tem por base uma cultura oral, fruto do diálogo permanente com aquilo que persiste na memória, pois as categorias culturais são próprias de cada povo, assim como suas tradições, suas memórias e os fatos. Adotamos essa estratégia para produzir narrativas orais e tentar encontrar alguns documentos da época, inclusive fotografias e, principalmente dialogar com sujeitos que, de alguma forma participaram da história da escola na aldeia Kumarumã entre 1964 e 1985.

O artigo é uma versão revisada do texto original, com adequações quanto à formatação, objetivando atender as diretrizes de submissão e publicação de artigos da revista eletrônica *Science and Knowledge in Focus* do Curso de Graduação em Matemática da UNIFAP e foi escrito com base no método descritivo.

### 3. HISTÓRIA DA ESCOLA NA ALDEIA KUMARUMÃ (1964-1985)

Para falar da história da escola no Kumarumã é preciso repensar a trajetória da educação escolar aos indígenas no Brasil. A ideia de escola se faz presente entre os indígenas em vários modelos desde a atuação dos padres Jesuítas<sup>9</sup>. Porém, vamos falar desse modelo a partir da atuação do SPI.

A educação escolar, do SPI até a FUNAI durante o regime militar, era feita para os indígenas e não com eles. O modelo desta educação baseava-se no paradigma assimilacionista.

A esse respeito, Maher (2006) explica:

---

<sup>8</sup> Nome do curso de licenciatura ofertado aos indígenas, conforme consta no primeiro projeto pedagógico do referido curso de graduação. A esse respeito, consultar: UNIFAP. Projeto Pedagógico do Curso de Educação Escolar Indígena. Macapá, 2005.

<sup>9</sup> Na região do Oiapoque não encontramos notícias sobre a educação escolar no período dos Jesuítas. Durante o século XIX também não existem registros a respeito da presença da escola para indígenas na região. Foi no final do século XIX que começaram as primeiras preocupações em consolidar projetos de “civilização” para os indígenas no Brasil, chegando a criação do SPI em 1910.





Nesse paradigma, o que se pretende é, em última instância, educar o índio para que ele deixe de ser índio: o objetivo do trabalho pedagógico é fazê-lo abdicar de sua língua, de suas crenças e de seus padrões culturais e incorporar, assimilar os valores e comportamentos, inclusive linguísticos, da sociedade nacional [...] as crianças indígenas eram retiradas de suas famílias, de suas aldeias e colocadas em internatos para serem catequizadas, para aprenderem português e os nossos costumes, enfim para “aprenderem a ser gente”. Porque o que se acreditava é que os costumes e crenças indígenas não correspondiam aos valores da modernidade. Há muita documentação escrita atestando que índio era visto como um bicho, um animal que precisava urgentemente, de acordo com o projeto de construção da nação brasileira, ser “civilizado”, “humanizado”. E a escola cabia levar a cabo tal incumbência, através de programas de submersão cultural e linguística (MAHER, 2006, p. 20).

Esse paradigma foi legitimado pelo Decreto nº 58.824/1966 que promulgou a Convenção nº 107 sobre as populações indígenas e tribais (BRASIL, 1966), o qual traz na parte VI “Educação e Meios de Informação”, reconhece a educação para integrar os povos indígenas à sociedade nacional: “Os programas de educação destinados às populações interessadas serão adaptados, no que respeita aos métodos e às técnicas ao grau de integração social, econômica ou cultural dessas populações na comunidade nacional”, conforme o “item” 1º do Art. 22 (BRASIL, 1966).

Foi baseado no paradigma assimilacionista que ocorreu a introdução de escolas em algumas aldeias do Oiapoque, a partir da chegada do SPI na região. Com a entrada do SPI, na década de 1940, as famílias Galibi-Marworno foram se concentrando em só uma aldeia, chamada Santa Maria, local onde passaram a receber assistência de saúde e educação, por meio da instalação do Posto Indígena Uaçá. Nesse contexto é que se iniciou a primeira escola na aldeia do Kumarumã.

Com o funcionamento das escolas no Uaçá, a exemplo da Escola Isolada Mixta - da vila do Espírito Santo de Curipi a partir de 1934 e abertura de escola pelo SPI - vila do Espírito Santo (RICARDO, 1983), as comunidades começaram a receber outros elementos na educação escolar, que não faziam parte da cultura indígena.

No livro de Ricardo (1983), esses elementos são ressaltados da seguinte forma:

O programa conforme o Território, incluía orações cristãs, hinos patrióticos e festas cívicas nacionais, além de costura para meninas, hortas e outros serviços manuais. No caso da professora Verônica, a exigência do uso do português foi muito além da escola fazendo até com que adultos não ensinassem mais o creoulo às crianças (RICARDO, 1983, p. 79).

Dona Mosiana dos Santos (2013) relatou suas memórias sobre a primeira escola construída na aldeia de Kumarumã e sobre os professores que trabalhavam nela durante a atuação do SPI. De acordo com essa entrevistada foi possível registrar que:

Era tempo do SPI, nessa época os chefes de posto eram não índios que vinham de Belém. A escola foi feita com a contrapartida da comunidade, as pessoas da comunidade principalmente os homens, esteios grandes e o SPI deu resto do material, como prego, cavaco, tábua e outros que não me lembro, mas foi construída onde tá o posto da Funai agora. A escola era de madeira, tinha banheiro, corredor no meio da escola, apenas umas quatro salas de aulas e não tinha muitos alunos como agora; nessa época os alunos estudavam



muito pouco. Os professores viajavam e demoravam para chegar na aldeia. Quando os professores viajavam todos os alunos iam para seus terrenos para trabalhar na roça no alto rio Uaçá até que chegassem os professores. Bem, o que eu sei é isso.

Crisiane Nunes Narciso (2013), também falou da construção da escola na época do SPI, da seguinte forma:

[...] a primeira escola foi construída na aldeia do Kumarumã pelo SPI, com a contrapartida da comunidade. Ela foi construída com telha de barro e de madeira, então foi aí que começou a primeira escola da aldeia, e havia bem poucos alunos, e os professores eram de fora, ou seja, da cidade de Macapá, funcionários do SPI. Pois a ideia de escola na aldeia não era pensado para o índio, mas, sim para não índio através do modelo de ensino de comunicar, para a integração à sociedade brasileira e aí que começa um pouco da história da escola da aldeia do Kumarumã. [...] Minha mãe contou pra mim, que quando o SPI chegou na comunidade, a primeira coisa que decidi fazer foi uma escola, falou para as pessoas tirarem esteios e eles dariam o resto do material e mão de obra. Então muitas pessoas se juntaram e tiraram os esteios. Nessa época a gente utilizava machado para tirar madeira, e foi assim que os homens tiraram os esteios para que a escola fosse construída.

Após a instalação da FUNAI, a escola continuou a seguir as ações efetuadas pelo SPI. Nada mudou em relação ao modelo assimilacionista e a forma como o SPI lidava com a escolarização dos indígenas. Segundo o Paulo Roberto Silva (2013), realmente a escola tinha um modelo integracionista, somente passou a mudar em meados dos anos de 1980.

No tempo em que o Amapá era Território, os governos tanto do Território Federal e municipal eram indicados e foi um prefeito recém-indicado no município de Oiapoque, chamado Onotonio de Almeida, que construiu a escola após o sinal positivo da comunidade.

A esse respeito, o Paulo Roberto Silva (2013) comentou:

[...] tinha um prefeito chamado Onotonio, ele assumiu aqui o município e estava muito envolvido de ajudar as comunidades indígenas. Foi até lá no Kumarumã visitar [para ...] fazer uma escola grande. Perguntou se nós queria, e nós queríamos; bom começou a escola, construiu, primeira escola de alvenaria lá, a escola na época era grande, pra 4 salas de aulas; pra nós era grande, muito bonita e foi quem começou na questão do município, ninguém tinha assistência do município.

Marivaldo Diogo Macial (2012)<sup>10</sup> também falou como era a escola na época do regime militar:

[...] na minha época tinha uma escola muito grande de madeira, onde tinha duas salas de aula, cobertura de telha de barro. Ficava lá naquela ponto, vocês sabem [hoje ponta do grupo, onde fica o posto de saúde, a Escola Camilo Narciso, os alojamentos, sede da Oi, a igreja Santa Maria, Biblioteca e Posto da Funai] que a gente chamava de Grupo na época. Onde é a antiga FUNAI, lá tinha essa estrutura. Essa [Escola Agrupada de Kumarumã, depois Escola de 1º de Kumarumã e hoje Escola Indígena Estadual Camilo Narciso] dava suporte de 1ª a 4ª séries. Era de madeira, uma escola que foi construída na gestão já do

<sup>10</sup> Conversa informal com Macksoara Narciso e Silas Macial dos Santos. Oiapoque, Janeiro de 2012.



Território (TFA), que foi construída com apoio das lideranças da comunidade [...] Era uma escola de madeira, de madeira de lei, por sinal, e cobertura de telha de barro, era uma escola bem bonita, tradicional mesmo, bem ventilada e dividida em salas de aula.

Assim, como o Paulo Roberto Silva e Diogo Macial, muitos outros indígenas Galibi-Marworno lembram desse fatos e históricos. Por isso, a importância de realizar esta pesquisa para registrar a história com base em memórias.

Em 2013, a EIECN localizava-se no mesmo local da escola antiga da aldeia Kumarumã, o que destacamos na Figura 2.

**Figura 2:** Local da primeira escola na aldeia Kumarumã e da atual (EIECN)  
**Figure 2:** Site of the first school at the Kumarumã village and the current school (EIECN)



Fonte: (NARCISO, 2013).

Na época da fundação da EIECN, não existiam muitas turmas e salas de aula na escola. A princípio eram quatro, depois duas, com cerca de 30 até 40 estudantes, com idade que variavam.

Ainda em sua entrevista, Marivaldo Diogo Macial (2012) lembrou sobre esse período em relação à escola:

Na verdade eu e a Eclêmilda, a gente era um dos alunos menores naquela época, o restante já era quase só rapazes, adulto e tal. [...] quem queria estudar tinha que acompanhar, mas não tinha limite assim como hoje a gente vê, mas antigamente não, aluno de 4ª série, tinha até pessoas de 16, 17 e 18 anos que estudavam com a gente.

A escola entre os anos de 1964 até 1974, desenvolveu um ensino muito pesado, com disciplinas e conteúdos desconhecidos e que não se relacionavam com a realidade dos alunos. Muitas vezes, os alunos nem imaginavam do que se tratava o tema, eles achavam muito difícil e complicado o ensino.

A esse respeito, o Paulo Roberto Silva (2013) recordou que:

[...] naquela época a gente só estudava mesmo o ler e escrever, nós tínhamos que aprender tudo que o Brasil inteiro aprendia. Por exemplo, o que acontecia, quantos tinham, km que



um carro ou caminhão corria, assim como os alunos lá de São Paulo, nós também estudávamos aqui, mas só que nós não sabíamos nem o que era avião, km, quilometragem, essas coisas. Nós não sabíamos de nada, nós apanhávamos muito por esse negócio.

Marivaldo Diogo Macial (2012) acrescentou:

[...] a educação naquela época era muito rígida e muito complexa, por sinal também, com o apoio das lideranças, então se tornava também uma educação muito rígida. E eu comecei a estudar praticamente quando eu tinha de 6 anos a 7 anos. Meu pai era cacique naquela época [Manuel Floriano Macial] e a gente começou a estudar, de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série.

Crisiane dos Santos Nunes (2012)<sup>11</sup>, também, confirma como era rígida a educação escolar nos anos iniciais do governo militar, o que se observa em um trecho de sua entrevista:

Na época que eu estudei a educação era muito rígida, os professores batiam na gente com palmatória, não podíamos falar o patuá na sala de aula, o aluno que falasse pagava punição e não podíamos reclamar para os nossos pais, se não vamos apanhar novamente em casa. Na hora do recreio, a gente saía em ordem, as merendas eram muito ruim e nós éramos obrigadas a tomar, se não tomar ou comer, jogar fora o professor dava palmatória, nós éramos disciplinados [...].

Como o ensino era difícil e não fazia parte da cultura dos estudantes indígenas, geralmente eles erravam, por não saberem os conteúdos e os professores que não eram indígenas os castigavam. O castigo acontecia com a palmatória, colocando o aluno de joelho ou não permitindo que ele saísse para merendar (nessa época já havia merenda para os alunos). O professor era autoritário, ele é quem mandava, quem dirigia, e os alunos não tinham direito de falar e nem fazer perguntas.

As disciplinas eram (Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Educação para o Lar). Os alunos tinham muito medo e dificuldade em matemática, porque os professores faziam tabuada na entrada e na saída das aulas.

Existiam poucos materiais para acompanhar as disciplinas. A escola oferecia material escolar como caderno, lápis e borracha. Os professores utilizavam na sala de aula um livro didático, tabuada e cadernos. Mas, segundo os entrevistados desta pesquisa, o que eles usavam mesmo eram os próprios conhecimentos que eles passavam na sala de aula, com leitura para alfabetizar e Matemática para saber contar em Português. O momento era de alfabetização mesmo. Tinha que aprender o Português e a Matemática para que os indígenas pudessem se civilizar e ser brasileiro. Por isso, os professores escreviam no quadro ou ditavam, até que os alunos decorassem o assunto.

Inicialmente, os professores foram contratados pela FUNAI e depois do final da década de 1960 até o final da década de 1980 por meio de convênio com o TFA. Acerca deste assunto, Marivaldo Diogo Macial (2012) em sua entrevista falou: “[...] a minha professora na época era uma professora da FUNAI, já tinha esse apoio do Território, mas a FUNAI dominava praticamente”.

Alguns professores vieram de Belém, outros de Macapá e durante esse período havia

<sup>11</sup> Conversa informal com Macksoara Nunes Narciso. Oiapoque, Janeiro de 2012.



muito rotatividade de professores. Conforme Nordevaldo dos Santos (2012)<sup>12</sup>, “[...] ficavam no 1º bimestre, elas entravam de férias e muitos voltavam e outros não voltavam e vinham outros professores para substituir”.

Os professores residiam na aldeia, no alojamento deles, num quarto na escola. Não tinha diretor na escola, o professor era o responsável por tudo. A respeito dos professores, Crisiane dos Santos Nunes (2012) lembrou o seguinte: “A minha primeira professora foi a Rosalina; quando comecei a estudar com os 6 anos, em 1972 me lembro muito bem sobre a educação daquela época”. E Nordevaldo dos Santos (2012) acrescentou: “[...] a primeira professora que eu estudei, o nome dela era Rosalina. A segunda que eu estudei foi a Maria Fonseca. A terceira professora foi ... esqueci o nome dela”.

A relação professor-aluno era muito difícil. Como os professores que iam dar aulas eram pessoas de fora (Macapá, Belém, e até de Brasília), a comunicação era muito fechada devido à língua. A maioria dos alunos não sabia falar o português e os professores não sabiam falar o patuá, e isso complicava a relação. Para piorar, era proibido aos alunos se comunicarem na sala com os colegas na língua materna. Eles tinham que falar apenas em português, mas eles não sabiam. Por isso qualquer erro na sala a professora castigava com a palmatória, de joelho, não saía para o intervalo, e ainda apanhava em casa dos pais. Quer dizer, não havia uma boa relação entre o professor e o aluno, os professores ensinavam brutalmente, e tudo isso fazia mal, isto é, emocionalmente aos alunos, pois era um tipo de educação para indígenas se disciplinarem.

A barreira linguística foi mais evidenciada nos anos de 1964 a 1974, o que constatamos em um trecho da entrevista de Marivaldo Diogo Macial (2012):

[...] naquela época era assim, português que era Comunicação e Expressão [...] a gente não poderia em momento algum falar o *patuá* naquela época, era o português mesmo, se a gente falasse o *patuá* na sala de aula a gente era assim reprimido pelo professor, porque o professor naquela época era ríspido e brigava com a gente, não podia em hipótese nenhuma [...] só falava. Assim, a gente cochichava baixinho com o colega, bem devagarzinho pra professora não ouvir. Era muito rígido naquela época.

A proibição da língua materna na escola e fora da escola era a maior preocupação dos alunos naquele momento. Como afirma Nordevaldo dos Santos (2012), “se o aluno fala o *patuá* na rua perto do professor, no outro dia leva castigo na sala de aula pelo professor.” Já Paulo Roberto Silva (2013) confirma o mesmo fato:

Se o professor encontra o aluno em uma festa na aldeia também castigava, com isso os alunos tinha muito medo de comunicar na língua materna, essa era a maior barreira linguística entre os professores e alunos indígenas na aldeia do Kumarumã e em outras localidades indígenas.

Isso mudou muito com a presença do CIMI, quando começou a atuar nas aldeias, principalmente no Kumarumã. As ideias do CIMI trouxeram um novo modelo de ensino para a escola, do final da década de 1970 para a década de 1980, como o uso da língua materna - o *patuá* - que se iniciou através do ensino bilíngue a partir da formação de monitores indígenas

<sup>12</sup> Conversa informal com Silas Macial dos Santos e Macksoara Nunes Narciso. Oiapoque, Janeiro de 2012.



da própria aldeia (RICARDO, 1983).

A Crisiane dos Santos Nunes foi alfabetizada a partir de 1972 e depois ela atuou como monitora na Escola Bilingue, formada pela primeira turma do Curso Bilingue ofertado pelo CIMI, no ano de 1983. A fotografia de Crisiane com os alunos (Figura 3) dá uma ideia de como era a escola na época em que o CIMI começou a implantar a *Lekol Kheoul* na região, ao lado da escola do governo.

**Figura 3:** Crisiane dos Santos Nunes e estudantes indígenas na Escola Bilingue de Kumarumã  
**Figure 3:** Crisiane dos Santos Nunes and indigenous students at the Kumarumã Bilingual School



Fonte: (NUNES, 1984).

A partir de 1979, quando foi pensado o projeto da *Lekol Kheoul*, no qual trabalhou a professora Crisiane dos Santos Nunes, a barreira linguística começou a ser questionada na comunidade e apontada a necessidade de valorizar a língua *Klenól*. Somente no final do regime militar, com a entrada dos representantes do CIMI (padre Nello e irmã Rebeca) iniciou-se um processo de transição no que se refere ao respeito pela língua materna e outra forma de ensinar na escola indígena (RUFFALDI, 2012; SPIRES, 2012)<sup>13</sup>.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados analisados, constatamos que o povo Galibi-Marworno resultou da mistura e da relação com indígenas e não indígenas na fronteira do Oiapoque com a Guiana Francesa. No século XX, crianças e jovens indígenas passaram por diferentes experiências educativas, culminando na Constituição Federal de 1988, a qual reconheceu suas diferenças e a valorização de suas línguas maternas (BRASIL, 1988).

Dentre as experiências da educação escolar, podemos citar as iniciativas da transição do SPI para FUNAI, do CIMI e do TFA no regime militar, o que foi destacado pelos entrevistados do estudo. Após a construção da escola entre os Galibi-Marworno ocorreram impactos culturais e sociais. A entrada da escola na aldeia Kumarumã, deu-se primeiro com o SPI, órgão que tinha o objetivo de civilizar e nacionalizar os indígenas, o que gerou um grande impacto entre os Galibi-Marworno, pois muitas famílias não aceitavam os seus filhos na escola porque atrapalhava os trabalhos da roça e as demais atividades comunitárias.

<sup>13</sup> Conversa informal com Cecília Maria Chaves Brito Bastos. Oiapoque, Janeiro de 2012.

O fato das famílias Galibi-Marworno, durante o regime militar, estarem concentradas numa única localidade, ajudou a consolidar a educação escolar. Até o final da década de 1970, a educação escolar seguiu somente o modelo assimilacionista, apoiado pelos programas estabelecidos pela FUNAI e pelo governo territorial. Nesse período, a escola tinha o papel de fazer com que a língua materna dos indígenas fosse esquecida, assim como as crenças e padrões culturais, e fazer com que fossem assimilados valores e comportamentos da sociedade brasileira por meio da escola. Os indígenas da região, assim como outros povos indígenas do país, foram desrespeitados em sua cultura, pois com esta concepção de educação escolar, a educação própria dos deles foi afetada.

Durante o regime militar, a educação escolar era muito rígida quanto ao método de ensino. A forma de ensinar português, matemática e outras disciplinas que falavam do país eram feitas pela “decoreba”, pela repetição da tabuada; o aluno muitas vezes nem sabia o que fazer em relação a um texto pequeno. Os professores exigiam o máximo de aprendizado dos estudantes indígenas, com base em uma metodologia muito distinta de hoje. Assim, outro modelo, só foi possível quando os indígenas do Oiapoque, mesmo que apoiados por agentes que entraram na região (como o CIMI), começaram a perceber a necessidade de criação de outra escola e de estudo, isto é, uma escola que servisse para tornar os indígenas informados e engajados para lutar pelos direitos das comunidades, envolvendo os indígenas nos processos de decisão que abrange as demandas escolares, aliado à valorização da língua materna dos estudantes Galibi-Marworno, dos costumes, das crenças, do modo de vida, ou seja, da cultura Galibi-Marworno.

## REFERÊNCIA

- ATA de Assembleia Indígena, 1976. (Documento do acervo do Museu Kuahî).
- GOULART, A. (Org.). **Plano de Vida dos Povos e Organizações Indígenas do Oiapoque**. Oiapoque: APIO, 2009.
- BASTOS, C. M. C. B. **Educação Escolar Indígena na região do Uaçá no município de Oiapoque/AP (1964-1985)**. 2014. 186f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.
- BOSI, E. **O Tempo Vivo da Memória**: Ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRAND, A. J. História Oral: perspectivas e questionamentos e sua aplicabilidade em culturas orais. **História Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 4, n. 2, p. 195-227, 2000.
- BRASIL. Decreto nº 58.824 de 14 de julho de 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos/decretos/1966/D58824.html#textoimpressao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1966/D58824.html#textoimpressao), Acesso em: 15/05/2020.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm), Acesso em: 15/05/2020.
- ESCOLA INDÍGENA ESTADUAL CAMILO NARCISO. **Projeto Político Pedagógico**. Aldeia Kumarumã, 2008.
- FREIRE, C. A. R. (Org.). **Memória do SPI**: Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011.
- LIMA, A. R. R. **Cabanagem**: Uma revolta camponesa no Acará. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2004.
- MAGALHÃES, E. D. (Org.). **Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas**.



- 3.ed. Brasília: FUNAI/CGDOC, 2005.
- MAHER, T. M. A formação de professores indígenas: numa discussão introdutória. In: GUPIONNI, L. D. B. (Org.). **Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: MEC, SECAD, 2006. p. 11-37.
- MARTINS, J. S. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral: Como fazer, como pensar**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- NARCISO, M. N.; SANTOS, S. M. **História da Escola na Aldeia Kumarumã no Oiapoque/Amapá (1964-1985)**. 2013. 22f. Monografia (Licenciatura Intercultural Indígena) - Universidade Federal do Amapá, Oiapoque, 2013.
- NARCISO, M. N. **Local da primeira escola na aldeia Kumarumã e da atual (EIECN)**. Kumarumã, 2013 (Fotografia).
- NUNES, C. S. **Professora Crisiane dos Santos Nunes e estudantes indígenas na Escola Bilíngue de Kumarumã**. Kumarumã, 1984 (Fotografia).
- NUNES, C. S. Entrevista concedida para Macksoara Nunes Narciso. Oiapoque, Maio de 2013.
- RICARDO, C. A. (Coord.). **Povos Indígenas do Brasil**. São Paulo: CEDI, 1983. (Amapá/Norte do Pará, Vol. 3).
- RUFFALDI, N.; SPIRES, R. **Os Povos Indígenas no Pará e Amapá**. Belém: CIMI/PA-AP, 2002.
- SILVA, J. S. **A Formação do Grau no Kheuól falado pelos Galibi-Marworno**. Monografia (Graduação em Educação Escolar Indígena) - Universidade Federal do Amapá, 2011.
- SANTOS, M. Entrevista concedida para Macksoara Nunes Narciso e Silas dos Santos. Aldeia Kumarumã, Maio de 2013.
- SILVA, P. R. Entrevista concedida para Silas Macial dos Santos e Macksoara Nunes Narciso. Oiapoque, Julho de 2013.
- TASSINARI, A. M. I. **No Bom da Festa: O processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá**. São Paulo: Ed. da USP, 2003.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Educação Escolar Indígena**. Macapá, 2005.
- VIDAL, L. B. **Povos Indígenas do Baixo Oiapoque: o encontro das águas, o encontro dos saberes e a arte de viver**. 2.ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio e Iepé, 2009.

Artigo recebido: 10/05/2020.

Revisado: 15/05/2020.

Aprovado: 28/05/2020.

